

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.465 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2002



Rosevelt Pinheiro

Comissão examina propostas contra o crime organizado

Na comissão, Iris Rezende (E) e Magno Malta ouvem Celso Russomano. Osmar Dias (foto acima) condena a redução de idade para imputabilidade criminal



Geraldo Magela

Previsão de novo tipo penal, denominado “associação criminosa”, é uma das idéias em debate

Uma nova legislação para o combate ao crime organizado está surgindo. A Comissão Mista de Segurança Pública, presidida pelo senador Iris Rezende, pode examinar hoje relatório do deputado Magno Malta com proposta nesse sentido. Entre as mudanças, está a concessão de benefícios para o integrante do grupo criminoso que colaborar com as investigações durante o processo ou mesmo após a condenação.

Punição para menor de 18 gera polêmica

Outra proposta em exame na Comissão Mista, a redução da idade para imputabilidade penal, de forma a prevenir punição para menores envolvidos em crimes, gerou debate ontem no Plenário. O senador Osmar Dias afirmou em discurso que votará contra a matéria.

PÁGINA 3

Senadores analisam ação do Movimento dos Sem Terra

No Plenário, Geraldo Melo afirma que não há justificativa para desrespeito à lei, Lúdio Coelho destaca oportunidade para discussão da reforma agrária e Eduardo Suplicy recomenda ao MST ações pacíficas na ocupação de propriedades

PÁGINA 5

Projeto que cria universidades é aprovado em comissão

PÁGINA 2

Presidida por Moreira Mendes, a Comissão de Educação acolheu dois projetos do Executivo



Jane de Araújo

Comissão de Educação aprova projeto que cria universidades

Já aprovadas pela Câmara, propostas do Executivo que beneficiam cidades mineiras de Itajubá e São João Del-Rei serão agora examinadas no Plenário em regime de urgência

As cidades mineiras de Itajubá e São João Del-Rei deverão contar, em breve, com universidades federais. A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem pareceres favoráveis ao projeto que transforma em Universidade Federal a Escola Federal de Engenharia de Itajubá e ao que converte a Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei em Fundação Universidade Federal da cidade.

Os dois projetos, de autoria do Executivo e já aprovados pela Câmara dos Deputados, serão agora examinados em Plenário. Durante a reunião da comissão, foram aprovados requerimentos de urgência para as duas propostas.

Relator do projeto de criação da Universidade Federal de Itajubá, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que a iniciativa torna realidade um "velho e acalentado sonho dos mineiros, em particular do sul do estado". Ele recordou a resistência de técnicos do Ministério da Educação ao envio dos dois projetos ao Congresso Nacional, sob a alegação de que já existiria, em Minas, uma



Os senadores da CE destacaram a importância da descentralização do ensino superior, por facilitar o acesso aos jovens do interior do país

concentração de entidades de ensino superior. "Mas a aprovação das duas propostas é um passo decisivo para Minas", afirmou.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG), relator da proposta de criação da Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei, lembrou que o ex-presidente eleito Tancredo Neves já havia se empenhado, sem sucesso, em favor da iniciativa. Em seu parecer, Arlindo Porto observou que os cursos superiores em funcionamento na cidade são insuficientes para aten-

der à demanda dos jovens por formação profissional.

Durante o debate, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que ambos os projetos contribuirão para a democratização do ensino de terceiro grau. Por sua vez, Lindberg Cury (PFL-DF) elogiou a descentralização do ensino superior. Os jovens das cidades beneficiadas, observou, não precisarão mais mudar para a capital do estado para continuar os estudos. Na presidência dos trabalhos, o senador Moreira Mendes

(PFL-RO) registrou a participação dos mineiros no desenvolvimento de Rondônia, estado que representa.

Por unanimidade, a CE aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que dá ao viaduto localizado no km 617 da rodovia BR-153, no município de Morrinhos (GO), o nome de "Viaduto Senador Taciano Gomes de Mello". Caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário, o projeto seguirá diretamente para a Câmara.

Receberam pareceres favoráveis da comissão quatro projetos que permitem o funcionamento de emissoras de rádio. As duas primeiras beneficiadas são a Fundação Cultural Universidade de Franca (SP), para executar serviço de rádio FM, e a Rádio 31 de Março, para operar em ondas médias em Santa Cruz das Palmeiras (SP). As outras duas são as Associações Comunitárias de Louveira (SP) e de Aliança do Tocantins (TO), autorizadas a executar radiodifusão comunitária.

Empresas na área de saúde poderão aderir ao Simples

As micro e pequenas empresas que atuam como hospitais, casas de saúde e unidades de serviços especializados em diagnóstico poderão aderir ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) para cumprir obrigações fiscais. Isso é o que prevê substitutivo do senador Romero Jucá (PSDB-RR) a projeto de lei de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES). A nova proposta deverá ser examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE), em caráter terminativo, na sua próxima reunião, prevista para o dia 2 de abril.

A inscrição da microempresa ou da empresa de pequeno porte no Simples, segundo esclarece Jucá, permite o atendimento às obrigações tributárias de forma unificada, mediante o pagamento mensal de quantia correspondente a um percentual de sua receita bruta. A Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, contudo, vedou essa opção às pessoas jurídicas prestadoras de serviços nas áreas de saúde, educação, entre outras.

Posteriormente, a Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000, excluiu da vedação à utilização do Simples as creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, por terem sido considerados áreas de "relevância social". O mesmo argumento passa agora a ser aplicado ao setor de saúde.

Assim, o artigo 1º da Lei nº 10.034 ficaria com a seguinte redação: "Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do artigo 9º da Lei 9.317 as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-

escolas, estabelecimentos de ensino fundamental, hospitais, casas de saúde e unidades de serviços especializados em diagnóstico".

A modificação, segundo Ricardo Santos, vai permitir a expansão de novos empreendimentos na área da saúde, beneficiando aquelas unidades localizadas em bairros periféricos das grandes cidades ou mesmo em cidades de médio e pequeno porte do interior do país. Para se beneficiar da medida, a empresa tem de ter um faturamento anual inferior a R\$ 1,2 milhão.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 5/02, institui Gratificação por Execução de Mandados para a carreira de Analista Judiciário - oficiais de Justiça - área judiciária - especialidade execução de mandados do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; PDL nº 6/02, dispõe sobre as eleições gerais de 2002; PLC nº 152/01, dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); PLC nº 4/02, acrescenta incisos aos artigos 10 e 11 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PR nº 5/02, autoriza o Brasil a conceder garantia a operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 240 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II); PR nº 7/02, autoriza o Brasil a conceder garantia a operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor equivalente a até US\$ 900 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 3/02, altera a redação dos artigos 4º parágrafos 3º e 4º, 5º, V, 9º, 13, caput, 15, caput, 16 e 21; bem como revoga os artigos 8º e 43, todos da Resolução nº 43/01, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PR nº 4/02, altera o parágrafo 3º e revoga o parágrafo 4º do art. 2º da Resolução 40/01, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição federal; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o caput e os parágrafos 4º, 6º, II e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do art. 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; e segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 48/01, altera o caput do artigo 27 da Constituição federal (dispõe sobre a representação nas assembleias legislativas).

COMISSÕES

10h - Comissão Mista de Segurança

Pauta: discussão e votação de projetos de reestruturação da polícia. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

11h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: recebe delegação de parlamentares integrantes da Mesa Diretora da Comissão de Finanças do Senado da França.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senadores lamentam morte de bispo auxiliar de Luziânia

Os três senadores do estado de Goiás apresentaram ontem ao Plenário requerimento de pesar pelo falecimento do bispo auxiliar de Luziânia (GO), dom José Carlos dos Santos, vítima de insuficiência cardíaca. Os senadores Iris Rezende (PMDB), Maguito Vilela (PMDB) e Mauro Miranda (PMDB) pediram que o Senado envie condolências à família do bispo e registre o pesar em ata.

Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou requerimento, dirigido ao ministro da Saúde, solicitando informações sobre todos os convênios da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) com o Conselho Indigenista de Roraima. Mozarildo

protocolou outro requerimento, dirigido ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, pedindo informações sobre as diversas aplicações e investimentos do BNDES nos últimos sete anos, discriminados por regiões.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou requerimento de aplauso ao ministro Almir Pazzianotto Pinto por seu trabalho à frente do Tribunal Superior do Trabalho, quando adotou medidas de racionalização de processos e informatização. Conforme Francelino, Pazzianotto, que apresentou pedido de aposentadoria, conseguiu aumentar o número de processos julgados.

Aumento de pena para até seis anos de reclusão foi proposto pelo relator da matéria, José Fogaça



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Câmara debate projeto do Senado sobre coação de servidor público

Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, já está tramitando na Câmara dos Deputados substitutivo a projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que inclui no Código Penal o crime de coação no curso da atividade administrativa. De autoria do senador José Fogaça (PPS-RS), o substitutivo prevê pena de reclusão de dois a seis anos, além de multa, para quem coagir ou oferecer vantagem a subordinado para a prática de ato ilegal no serviço público.

Ao analisar a proposta na CCJ, Fogaça a considerou "pertinente" quanto ao mérito, por preencher uma lacuna existente na legislação penal sobre esse tipo de crime. Os ajustes oferecidos à matéria pela emenda substitutiva destinaram-se, em primeiro lugar, a aperfeiçoar a definição do delito, acrescentando a expressão "oferecer vantagem" na tipificação do ato criminoso. Para o senador gaúcho, a promessa de vantagens no exercício do cargo ou de promoção pode ser encarada como uma forma indireta de coação do subordinado.

José Fogaça também agravou a penalidade prevista no projeto original. Em vez de dois a quatro anos de detenção, a pena fixada pelo relator foi de dois a seis anos de reclusão (prisão mais rigorosa). Ao justificar a alteração, Fogaça observou a necessidade de se adequar essa pena às de crimes de gravidade idêntica já previstos no Código Penal, como a concussão (extorsão) e a corrupção passiva. Como a lei penal também prevê a cobrança de multa quando do delito possa advir vantagem material indevida, a punição foi acrescida pelo relator.

Na defesa de seu projeto, Sebastião Rocha afirmou que o cumprimento de ordens ilegais por subordinado sob coação "não é incomum", seja ele motivado por " vaidade, ambição, medo ou qualquer outra das fraquezas humanas". O senador também associou o teor da matéria ao episódio de violação do Senado Federal, ocorrido em 2001 e que envolveu funcionários do Prodasen e os então senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

Proposta pune com mais rigor o crime organizado

Substitutivo a ser votado na Comissão Mista de Segurança também trata do combate ao narcotráfico e à prática de lavagem de dinheiro

A Comissão de Segurança Pública, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), deve votar hoje, a partir das 14h30, o relatório do deputado Magno Malta (PLES) estabelecendo nova legislação para o combate ao crime organizado. Entre as alterações propostas, está um tipo penal para a associação criminosa, modificando a atual disposição que iguala os crimes cometidos por mais de três pessoas (formação de quadrilha).

Outra mudança é a concessão de benefícios para o integrante de grupo criminoso que colaborar com as investigações durante o processo, ou mesmo após a con-

denação. Também está previsto afastamento do serviço do funcionário público que estiver envolvido com organização criminosa. O texto de Malta estabelece regras que dificultam o contato entre o condenado e seus comparsas.

O substitutivo, que também trata dos delitos de lavagem e do narcotráfico, traz medidas para facilitar as investigações sobre crime organizado. O deputado propõe a regulamentação da infiltração de agentes nas associações criminosas e permite o acesso a informações cadastrais necessárias às investigações.

O chamado flagrante retardado,

caso seja aprovado o texto de Magno Malta, passaria a ser autorizado. Pela legislação atual, a prisão em flagrante deve se dar em no máximo 24 horas da efetivação do delito.

EXECUÇÃO PENAL

Na reunião de hoje, os integrantes da Comissão Mista de Segurança continuam a votação do relatório do deputado Marcos Rolim (PT-RS) que altera dispositivos da Lei de Execução Penal.

Faltam ser votados artigos que tratam da revista dos presos e da possibilidade de progressão de regime para os condenados por crimes hediondos.

Osmar Dias é contra a redução de idade para responsabilização penal

O senador Osmar Dias (PDT-PR) comunicou ontem, ao Plenário, que votará contra os projetos que propõem a redução da imputabilidade penal para 16, 13 e até 11 anos de idade. As matérias que tratam da imputabilidade dos menores de 18 anos foram selecionadas pela Comissão Mista de Segurança, que deverá analisá-las em reunião marcada para o próximo dia 9 de abril.

Ele argumentou que as condições carcerárias existentes no Brasil desaconselham a diminuição da idade para responsabilização criminal. A adoção da medida, advertiu ele, significaria superlotar ainda mais as prisões com menores de 18 anos, que passariam a conviver com criminosos de todos os tipos. Ele lembrou que nos Estados Unidos, por exemplo, o endurecimento das sentenças aplicadas aos jovens teve como resultado a triplificação do crime entre adolescentes.

O senador citou recente pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi segundo a qual 88% da população manifestou-se a favor da redução da idade para a imputabilidade penal como forma de combater a criminalidade. Osmar Dias disse, no entanto, que durante o 18º Con-

Para Osmar Dias, condições carcerárias desaconselham a medida



gresso Nacional da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude foi aprovada por unanimidade proposta que visa garantir à infância e à juventude o exercício dos direitos elementares da pessoa humana, com a não-redução da idade para a imputabilidade. A proposta foi apresentada pelo procurador de Justiça do estado do Paraná, Olympio de Sá Sotto.

CONSELHOS TUTELARES

O senador também cobrou a instalação dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apesar de o estatuto ser considerado uma legislação das mais avançadas, que prevê a construção de centros de reeducação para menores, passados mais de

11 anos, eles ainda não foram oficialmente instalados na maioria dos municípios brasileiros.

O presidente da Comissão Mista de Segurança, senador Iris Rezende, disse, em aparte, ser a favor da redução da idade da imputabilidade penal para 16 anos. A seu ver, o desenvolvimento dos meios de comunicação produziu uma "significativa mudança na percepção dos jovens, de modo que, hoje, aos 16 anos, um jovem tem mais discernimento do que o tinha um homem de 21 na década de 40".

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) propôs que a Comissão Mista de Segurança discuta a questão dos menores, separadamente. Iris Rezende concordou, apesar de alegar que a comissão tem pouco tempo para encerrar suas atividades.

Armínio explica desempenho da política monetária

Comparecimento do presidente do Banco Central à Comissão Mista de Orçamento está marcado para a próxima terça-feira. Ele também deverá falar sobre cumprimento das metas das políticas creditícia e cambial no ano passado

O presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, vai comparecer ao Congresso na próxima terça-feira para explicar como foram cumpridas as metas das políticas monetária, creditícia e cambial no ano passado, atendendo a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião foi convocada pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), em acordo com as Comissões de Fiscalização e Controle do Senado e da Câmara.

Conforme a lei, o presidente do BC deve apresentar ao Congres-

so, duas vezes ao ano, o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central e os resultados alcançados.

Foi adiada a reunião que estava prevista para hoje, destinada a examinar recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que o Congresso volte a liberar dinheiro para o projeto de irrigação do Rio Balsamo, em Palmeira dos Índios (AL). A obra foi investigada pelo TCU, que encontrou três irregularidades. Como elas não trouxeram prejuízo ao poder público, o TCU sugere que o projeto volte a receber recursos da União.



A presença de Armínio Fraga no Congresso atende a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal

José Cruz

Hartung cobra proteção para o aço brasileiro

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) cobrou do governo federal medidas para evitar que o país seja invadido por ofertas internacionais de aço. Com a recente decisão dos Estados Unidos de adotar medidas protecionistas em relação ao produto, o parlamentar teme o surgimento de



Paulo Hartung defendeu aumento das tarifas de importação

portação do aço. Segundo o senador, o fato de o Canadá, o México e a Tailândia estudarem medidas semelhantes comprovam que a decisão da Casa Branca pode provocar um efeito dominó.

Estimativas indicam que, só com o fechamento do mercado america-

no, o Brasil pode deixar de exportar cerca de US\$ 280 milhões. Além de defender que se recorra à Organização Mundial do Comércio (OMC), o senador considera necessário avaliar a proposta da indústria nacional de

aumentar as tarifas de importação de aço. Ele se reportou à reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex), realizada ontem, que discutiu a possibilidade de aumentar as tarifas de importação de 12% para 30%.

Hartung disse estranhar a postura cautelosa do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para quem a hipótese de apelar a OMC deve anteceder qualquer outra medida. E advertiu que “de nada adianta pôr cadeado na porta depois que esta for arrombada”.

O senador elogiou artigo publicado ontem em *O Estado de S. Paulo*, no qual o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, critica a decisão americana e sustenta a necessidade de negociação direta do Brasil com os EUA.

Lobão destaca usina da Vale no Maranhão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) congratulou a Companhia Vale do Rio Doce e o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pela inauguração da usina de pelotização de minério de ferro em São Luís (MA). De acordo com o parlamentar, a usina, que custou US\$ 408 milhões, é a maior e mais moderna, desse tipo, em todo o mundo.

Em julho, quando a usina atingir sua capacidade máxima de produção, serão mais 6 milhões de toneladas de pelotas por ano, elevando a produção anual da Vale para 31 milhões de toneladas, informou Lobão. A empresa responde por 30% da produção mundial de pelotas, a maior parte para o mercado asiático, e espera conquistar o mercado americano com a nova usina, cuja produção será total-

mente destinada ao mercado externo.

A usina gerou 2,5 mil empregos diretos em sua construção. Na fase operacional, serão 150 empregos diretos e 600 indiretos. De acordo com o senador, 80% desses trabalhadores são maranhenses. Edison Lobão destacou ainda os dez meses de treinamento da mão-de-obra a ser empregada na usina, segundo ele fato inédito no Brasil.

Ele ressaltou o financiamento de US\$ 200 milhões liberado pelo BNDES para a construção da usina. Segundo o senador, esses recursos foram fundamentais para



A usina é a maior e mais moderna do seu tipo no mundo, disse Lobão

José Cruz

que a Vale decidiu pela construção da usina em São Luís, já que vantagens fiscais e creditícias concedidas pelo governo de Trinidad y Tobago ameaçavam levar a planta para fora do país. Edison Lobão reportou-se ainda ao estímulo dado pela

construção da usina ao mercado maranhense.

A transformação de minério de ferro em pelotas, explicou o senador, é uma das formas utilizadas para possibilitar que partículas pequenas do minério possam ser utilizadas em usinas siderúrgicas.

Lindberg denuncia cartel das quatro grandes montadoras

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) apresentou ontem, em Plenário, denúncias de abuso de poder econômico e de formação de cartel entre as quatro maiores montadoras de veículos no Brasil – Fiat, Ford, General Motors e Volkswagen. As denúncias, feitas pela Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), estariam, segundo o senador, sendo tratadas com descaso pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça.

– A secretaria, a quem cumpre investigar esse tipo de problema, mandou arquivar a primeira denúncia em dezembro de 2000. Agora, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) solicita pela segunda vez à secretaria a abertura de investigação contra as quatro montadoras – revelou.

Lindberg pediu que o Senado acompanhe a apuração das denúncias e cobre da SDE uma postura mais rigorosa em relação não só a esse caso, mas também a outras denúncias de abuso de poder econômico que têm surgido.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou a preocupação das empresas concessionárias, responsáveis pela mão-de-obra que “veste a camisa” das montadoras, que, depois de se dedicarem de corpo e alma por várias décadas,



Para Lindberg Cury, SDE vem tratando com descaso denúncias feitas pela Fenabrave

Rosevelt Pinheiro

são abandonadas à própria sorte.

Lindberg explicou que, durante as investigações da primeira denúncia, a Fenabrave levou ao conhecimento da SDE amplos indícios de que as montadoras atuam de forma conjunta na fixação de preços ao consumidor. Além disso, demonstrou que os preços dos veículos subiram bem mais que os índices de inflação nos últimos anos sem nenhuma justificativa.

– A Fenabrave mostrou, ainda, que os preços praticados pelas montadoras sempre andaram lado a lado todos esses anos, com reajustes idênticos praticados entre elas. Em vez de punir os infratores, a SDE preferiu se voltar contra quem fez a denúncia – acrescentou.

Senador contesta argumentos que levaram SDE a arquivar processo

De acordo com Lindberg Cury, a alegação da Secretaria de Direito Econômico (SDE) para arquivar a primeira denúncia de cartelização de preços entre as quatro montadoras foi de que havia “disputa acirrada por fatias de mercado entre as montadoras, com significantes oscilações nas participações”. A SDE, continuou, também alegou que havia crescimento nas vendas de outros concorrentes, como Peugeot, Renault, Toyota e Volvo.

– As vendas de veículos populares representam cerca de 70% da produção das montadoras. E, na época da investigação da SDE, as novas montadoras citadas no

relatório da secretaria ainda não haviam se instalado no país e nem vendiam carros populares. Elas chegaram depois do ano 2000. Portanto, existe aí contradição da própria SDE, que precisa ser esclarecida por parte das autoridades – afirmou.

Lindberg lembrou que, quatro meses depois de ter recebido o ofício do Cade, a SDE determinou abertura de processos administrativos, para investigar abuso de preços nas peças de reposição. No entanto, no que diz respeito à acusação de cartel, a SDE mandou arquivar o processo, sob alegação de que o Cade havia feito apenas mera sugestão, disse o senador.

Invasão de fazenda domina debate no Plenário

Pelo segundo dia consecutivo, a invasão da fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi o assunto mais debatido ontem no Plenário do Senado. Geraldo Melo criticou o desrespeito às leis por movimentos e instituições sob a justificativa de que lutam por uma

causa nobre. Eduardo Suplicy disse que, ao mesmo tempo que se recomenda ao MST não usar violência, é preciso sugerir a FHC que não utilize a polícia para humilhar trabalhadores rurais sem terra. E Lúdio Coelho pediu que o programa de reforma agrária seja discutido “com seriedade e serenidade”.

Melo: não há justificativa para desrespeito à lei

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) criticou ontem o desrespeito às leis por movimentos e instituições sob a justificativa de que lutam por uma causa nobre. Ele afirmou que alguns setores da imprensa buscam uma “justificação moral” para a invasão de uma propriedade.

O senador observou que um jornal

procurou justificar a ocupação de terras no Pontal do Paranapanema com a alegação de que a posse da propriedade seria discutível.

— Se o Comando Vermelho ou o PCC (Primeiro Comando da Capital) invadissem a terra ou a casa de alguém e praticassem o que o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) praticou na fazenda dos filhos do presidente, estaríamos di-



Para Geraldo Melo, MST se transforma em desafio à soberania do Estado

ante de uma situação de violência que a sociedade exigiria que fosse contida. A invasão da propriedade alheia ou é uma coisa criminosa ou não é, seja quem for o autor da ação. Daqui a pouco se vai dizer que quem invade uma casa, estupra as pessoas, rouba o que há dentro e destrói a propriedade

alheia está justificado porque vive em um país onde existem desemprego, fome e miséria — afirmou.

Melo criticou as versões que tentaram colocar o Executivo e o candidato do PSDB, José Serra, como incentivadores da invasão da fazenda, com o argumento de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) teve conhecimento prévio da invasão e nada fez, ao mesmo tem-

po em que a porteira da fazenda estava aberta e a propriedade sem qualquer segurança.

— É uma maneira de ver os problemas de cabeça para baixo. Como se fosse possível (para o governo) montar uma conspiração conjuntamente com o MST. É como responsabilizar o dono da casa porque esqueceu de fechar uma janela. O criminoso é quem rouba — frisou.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) lamentou a condescendência do governo com as invasões. Para Geraldo Melo, o governo teve uma “postura flexível” com o MST, que qualificou como uma “vanguarda reivindicadora e forte no país”, necessária para dar um impulso maior à reforma agrária empreendida pelo Executivo. Mas agora, salientou, “o MST transpõe o limite da ação de uma vanguarda política e reivindicadora para se transformar em um desafio à soberania do Estado”.

Suplicy recomenda não-violência e critica governo

Lembrando o pastor americano Martin Luther King, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que tem recomendado aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que adotem ações pacíficas em suas táticas de ocupação de propriedades rurais. Suplicy condenou a invasão da privacidade do presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a invasão e ocupação da fazenda dos seus familiares em Buritis, Minas Gerais. Ele também explicou que os sete senadores do PT não estavam presentes ontem em Plenário para responder aos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS), porque tinham compromissos em outras cidades.

— Vendo as imagens da invasão, concluímos que não era adequado nem respeitoso invadir a privacidade do presidente, mexer em roupas íntimas. Mas, enquanto houver péssimas condições de trabalho no campo, fome, escravidão e humilhação, temos que compreender as razões do movimento — afirmou.

Suplicy informou que foi convi-

do, por três vezes, para dar aulas a jovens do MST, e disse a eles que será cada vez mais importante que suas táticas e ações utilizem a não-violência para conseguir apoio e simpatia da opinião pública.

— Mas algo ocorreu. Todas as informações indicam que o governo conhecia de antemão a operação do MST. Por que o governo não agiu com maior celeridade, se já havia sido avisado? — indagou.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que as autoridades não têm a rotina de ouvir os lamentos da população excluída. Ele defendeu a aceleração das transformações sociais, dizendo que “é preciso respeitar a Constituição, mas também é preciso tomar a decisão firme de mudar a situação social”.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse não concordar com a invasão da fazenda dos familiares



Suplicy lamenta quebra do acordo firmado com os negociadores do Incra

do presidente da República nem com a violência policial utilizada.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o uso da força e o cumprimento da Justiça só acontecem com os que não têm acesso aos instrumentos de defesa previstos em lei. Ela lembrou que o ex-senador Jader Barbalho e o juiz Nicolau “não foram obrigados a colocar a cara na lama”.

Suplicy disse ainda que, após a quebra do acordo firmado com os negociadores do Incra, o MST não acredita mais na palavra do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, ou dos representantes do presidente da República.

— Recomendamos ao MST que não use violência, mas precisamos recomendar ao presidente Fernando Henrique que não utilize suas polícias para humilhar trabalhadores rurais sem terra — concluiu.

Lúdio vê oportunidade para discussão da reforma agrária

O episódio da ocupação da fazenda dos familiares do presidente da República pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma oportunidade para que o programa de reforma agrária seja discutido “com seriedade e serenidade e tenha um efeito positivo”, disse ontem o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

“Há males que vêm para o bem”, observou, dizendo que a ocupação da fazenda dos filhos de Fernando Henrique também chamou atenção para dois problemas.

Um dos problemas, segundo Lúdio Coelho, é a diferença do tratamento para o campo e a cidade. Quando uma propriedade urbana é invadida, a polícia intervém imediatamente, mas, quando a propriedade é rural, exige-se primeiro autorização da Justiça, comparou. Muitos proprietários rurais humil-



Lúdio Coelho diz que há tratamento diferente para o campo e a cidade

des, de acordo com o senador, tiveram suas terras ocupadas, a Justiça deu reintegração de posse, mas até hoje a determinação não foi cumprida. “Parece que o cumprimento da reintegração de posse está estritamente ligado à vontade dos nossos governantes”, disse.

Outro problema realçado pela ocupação da fazenda dos filhos do presidente, na opinião de Lúdio Coelho, é a falta de providência judicial em relação a declarações do líder do MST José Rainha, que, conforme teria sido noticiado, deveria ser responsabilizado por incitamento à ocupação de propriedades rurais, dado que “realizou reuniões há poucos dias programando uma série de invasões de grande repercussão, com a finalidade de chamar a atenção da população brasileira”.

Projeto de Maldaner cria estímulo para seguro agrícola

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem projeto de lei que estabelece que as pessoas jurídicas e físicas poderão deduzir, para efeito do Imposto de Renda, doações efetuadas ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). A proposta prevê ainda que a pessoa jurídica tributada com

base no lucro real poderá deduzir em doações para o fundo até o máximo de 4% do Imposto de Renda devido.

Maldaner ressaltou que a proposta visa minimizar os prejuízos dos agricultores em relação aos acidentes climáticos, como a seca. Na justificativa do projeto, ele afirma que



Maldaner diz que sistema atual “opera em bases bastante restritivas”

o seguro agrícola e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), teoricamente, teriam que bem assistir o produtor rural, mas, na prática, isso não acontece. O Proagro opera em bases bastante restritivas e o seguro agrícola, de natureza comercial, é ainda mais restritivo, disse o senador.

Segundo ele, apenas a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo vem atuando no setor.

Com a proposta, os contribuintes passariam a aportar recursos diretamente ao fundo, dando-lhe lastro para estimular o setor privado segurador a iniciar as atividades na modalidade.

Távola lê resposta de Fernando Henrique a Sarney

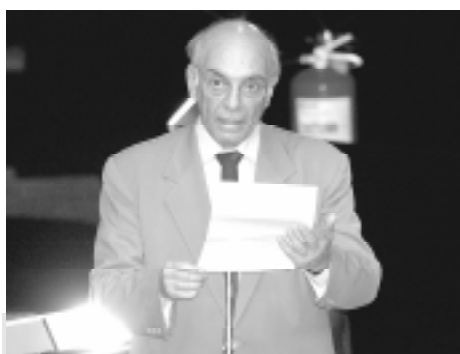
Presidente da República nega em carta que o falecido deputado Luís Eduardo Magalhães tenha participado de encontro para obtenção de recursos destinados à campanha para a Presidência e que tenha se beneficiado de iniciativas da Cosipa

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) leu ontem em Plenário carta em que o presidente Fernando Henrique Cardoso responde a afirmações feitas, semana passada, pelo senador José Sarney (PMDB-AP) em discurso sobre a ação da Polícia Federal na empresa Lunus. Segundo o presidente, ao contrário do que Sarney disse, o falecido deputado Luís Eduardo Magalhães nunca participou de encontros relativos à obtenção de recursos para campanha eleitoral e nem o viu recebendo dinheiro.

No pronunciamento, Sarney

havia comentado possível participação do governo federal na investigação sobre a Lunus, de propriedade de sua filha, a pré-candidata à Presidência Roseana Sarney, e de seu marido, Jorge Murad. Segundo Sarney, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães teria relatado que Luís Eduardo testemunhou, em 1994, o ex-senador José

Eduardo Andrade Vieira entregar R\$ 5 milhões para a campanha do



Távola foi elogiado por Fernando Henrique pela resposta dada ao discurso de Sarney

então candidato Fernando Henrique Cardoso, que estaria presen-

te na ocasião. Fernando Henrique destacou na carta que o próprio Andrade Vieira negou o episódio.

O presidente disse ainda que nunca se beneficiou de iniciativas da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) durante o governo Franco Montoro no estado de São Paulo. Ele explicou ter, na ocasião, pedido ao então presidente José Sarney carta retificando "uma infâmia" publicada nos jornais. Um político de São Paulo afirmou ter ouvido de Sarney que Fernando Henrique teria se beneficiado da Cosipa.

— O presidente Sarney não afirmaria tal disparate e não teve qualquer influência na designação da diretoria da Cosipa, e não me beneficiei de nenhum dos atos dessa diretoria — disse. E acrescentou que processo movido contra a diretoria da instituição culminou com a absolvição dos indicados.

O presidente da República explicou também ter ficado muito feliz com a resposta apresentada por Távola a Sarney, logo após o discurso do ex-presidente, no sentido de mostrar a isenção do governo no episódio.

Viana responde a crítica contra empréstimo

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou ontem estar decepcionado com a posição do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) a respeito do empréstimo de US\$ 132 milhões que o governo do Acre deseja obter do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).



Tião Viana: recursos do BID beneficiarão populações tradicionais do Acre

Na última sexta-feira, Nabor pediu em Plenário explicações sobre o empréstimo, dizendo que, conforme a imprensa acreana, quatro reservas florestais davam garantia ao contrato. Para Tião Vi-

ana, "com esse comportamento Nabor Júnior está se preocupando apenas com espaço político" e a próxima eleição.

— O senador Nabor Júnior possivelmente está se afirmando como aquele que, nos últimos estertores de sua decadência política, está fazendo a opção de não sair pela porta da frente, mas sair da vida pública pela janela ou pela porta dos fundos — disse Tião Viana.

Ele também observou que "não

é caluniando, injuriando e agredindo a honra das pessoas que se ganha eleição e se mantém espaço no poder".

Tião Viana explicou ainda que o empréstimo solicitado pelo governador Jorge Viana destinará US\$ 35 milhões a investimentos junto às populações tradicionais de índios, ribeirinhos, seringueiros e caboclos do Acre.

O senador também justificou o empréstimo como iniciativa voltada para o desenvolvimento de um estado "que compreende que o mercado de madeira tropical movimentava US\$ 40 bilhões por ano e que o Brasil só ocupa 8% dele".

Marina: recursos financiarão desenvolvimento do Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) criticou as manifestações contra o acordo que o governo do Acre vem negociando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar o desenvolvimento sustentável do estado. Segundo disse, os críticos estariam agindo por desinformação ou má-fé.

Ela explicou que, apesar de não costumar debater assuntos locais no Senado, resolveu se pronunciar para responder ao discurso feito pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC) na última sexta-feira.

Em seu pronunciamento, Nabor Júnior pediu explicações sobre os termos do empréstimo que o governo acreano está negociando com o BID. Também citou denúncias, feitas pela imprensa do estado, de que o acordo teria como garantia a concessão de quatro reservas florestais, num total de

600 mil hectares, para exploração de madeira.

De acordo com a senadora, a criação de reservas estaduais não está incluída no contrato com o BID como garantia, mas como meta do governo.

— Não é o banco que está pedindo ao governo que crie as florestas públicas, mas o governo já tinha essa proposta, definida a partir do zoneamento ecológico-econômico que está sendo elaborado.

A criação de florestas públicas de produção e seu aproveitamento em regime de concessão para fins de manejo sustentável, acrescentou, é uma das prioridades do Programa Nacional de Florestas lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de abril do ano 2000.

Marina também rejeitou denúncia de que o acordo tenha sido feito "na calada da noite".



Segundo Marina, a criação de reservas não está incluída no contrato com o banco

A senadora registrou que os termos do contrato vêm sendo debatidos há dois anos e as informações estão divulgadas no site do governo do estado na Internet. Ela acrescentou que as negociações envolveram uma comissão de acompanhamento integrada por representantes de mais de 20 entidades da sociedade civil organizada de diferentes setores.

Hartung teme que acordo sobre FGTS vire calote

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) afirmou ontem que o governo federal tem que cumprir o compromisso de repor as perdas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Hartung disse que, de acordo com matéria do jornal *A Tribuna*, do Espírito Santo, o governo ameaça não cumprir o compromisso. Os recursos deveriam ser pagos a 23 milhões de trabalhadores, a partir de julho.

Hartung disse que o pagamento tem que ser feito, pois o Congresso aprovou e o Presidente sancio-

nou, no ano passado, uma lei determinando sua realização. Para o senador, o não pagamento será um "monumental calote".

O senador afirmou que a existência da lei derruba os argumentos para o não pagamento. O governo diz aguardar julgamento de ação impetrada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e acusa o atraso dos bancos em repassar à Caixa Econômica Federal os extratos do Fundo de Garantia. "A lei é clara quanto à responsabilidade do governo", declarou.

Francelino elogia atuação de Pazzianotto à frente do TST

Por ocasião da aposentadoria do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, no último dia 14, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou à Mesa requerimento de aplauso pela atuação do ministro à frente da instituição.

Entre as medidas adotadas por Pazzianotto para melhorar a imagem da Justiça do Trabalho, o senador destacou a criação de um conselho para fiscalizar seus órgãos. Francelino acrescentou que ao racionalizar os procedimentos

e informatizar as sessões, o ministro conseguiu aumentar a quantidade de processos julgados.

O senador destacou a advertência feita pelo ministro em sua despedida do TST, quando ele afirmou que sem reformas profundas na legislação trabalhista o Brasil vai enfrentar dificuldades para se desenvolver e gerar empregos. O ministro, disse o senador, concorda que não se pode eliminar certas conquistas dos trabalhadores, mas observa que é necessário modernizar a legislação.

Parlamentares da França visitam Comissão do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul recebe, hoje, parlamentares integrantes da Mesa Diretora da Comissão de Finanças do Senado da França.

Entre os temas em debate figuram as conseqüências para a

América do Sul, em especial para o Brasil, das dificuldades atualmente enfrentadas pela Argentina e pela Venezuela. Os parlamentares brasileiros farão, ainda, relatório da situação econômica e financeira do país.



Romero Jucá mostrou dados do Unicef que indicam poucos avanços em favor das crianças

Jucá lamenta situação mundial das crianças

No Dia da Infância, em 21 de março, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) lamentou que, 12 anos após a Cúpula Mundial pela Criança, os avanços obtidos não tenham sido satisfatórios. O parlamentar citou dados do relatório do ano 2000 do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que mostram que a situação no mundo pouco mudou.

De acordo com os dados, um terço das crianças nascidas em 1990 não foram sequer registradas, o que lhes priva de nacionalidade reconhecida e acesso ao sistema de saúde e à escola. Das, 32% sofrem de desnutrição e 27% não foram vacinadas contra quaisquer doenças. Morreram antes dos cinco anos 9%. Das sobreviventes, 39% não têm saneamento básico, 18% vivem sem água potável e 18% não frequentam escolas.

— A diferença entre as experiências de vida e condições de sobrevivência desse grupo de crianças, comparada com o grupo que estava com 11 anos de idade em 1990, não é tão grande quanto esperava a comunidade internacional, ao se reunir na cúpula e firmar tantas metas ambiciosas — disse o senador.

Para Jucá, no entanto, a cúpula não foi em vão, pois muita coisa melhorou. Citou dados da edição de 2002 do relatório do Unicef, que atesta a erradicação da poliomielite em 175 países e do tétano neonatal em 104.

O documento mostra que 3 milhões de crianças com menos de 5 anos deixam de morrer a cada ano graças aos programas de imunização. Nos países em desenvolvimento, 28 milhões de crianças menores de 5 anos deixaram de sofrer de desnutrição. No entanto, mais de 10 milhões de crianças ainda morrem por falta de prevenção de doenças.

Mozarildo pede providências para reduzir a mortalidade materna

Muitas mortes podem ser evitadas com medidas simples, diz o senador, como o acompanhamento pré-natal das gestantes e a melhora da qualidade no atendimento prestado pela rede pública

Os índices brasileiros de mortalidade materna, relacionada a complicações na gestação, parto, pós-parto e aborto, são comparáveis aos registrados nas nações mais pobres da América Latina. Preocupado com esse quadro, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a adoção de políticas públicas de combate ao problema.

— Muitas mortes seriam evitadas com medidas simples, como o acompanhamento pré-natal da gestante, maior qualidade no atendimento prestado pela rede



Mozarildo: síndrome hipertensiva é também causa das mortes maternas

pública ou conveniada de saúde e existência de estoques de sangue

nos hospitais.

As estatísticas referentes à questão, afirmou, são de baixa qualidade, “mas indicam uma realidade alarmante” de 110 mortes maternas para cada 100 mil crianças nascidas vivas — os dados não incluem os óbitos em abortos. Problemas relacionados à baixa qualidade da assistência médica ou à falta de pré-natal são responsáveis por 89% dos óbitos. Síndromes hipertensivas, hemorragias, complicações do aborto e infecções pós-parto são, nessa ordem, outras causas das mortes.

Mozarildo Cavalcanti citou estimativas de que são realizados um milhão de abortos anualmente no Brasil. A falta de assistência a essas mulheres, avaliou, é um problema grave que merece um debate aprofundado.

— Enquanto mulheres de classes alta e média praticam o aborto em clínicas de luxo, com toda segurança, as mulheres pobres fazem-no sem qualquer assistência e sem condições mínimas de higiene. É hora de deixar a hipocrisia de lado e discutir abertamente a questão — alertou.

Câmara inicia a análise de venda de remédio a granel

As farmácias poderão ser obrigadas a vender grande parte dos seus medicamentos a granel, de modo que o consumidor leve para casa somente a quantidade prescrita na receita médica. É o que determina substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto de lei do Senado que tem como objetivo reduzir os custos do tratamento de quaisquer doenças, tornando-o mais eficaz e evitando o desperdício de remédios. A proposta, aprovada pelo Senado, já foi enviada para a análise da Câmara dos Deputados.

Conforme a proposta, os medi-

camentos apresentados em comprimidos, cápsulas, drágeas, tabletes, pílulas, supositórios e ampolas deverão ser, nas farmácias, entregues ao consumo nas respectivas quantidades indicadas pelo médico.

Tião Viana afirma que a aquisição de medicamentos em quantidade inferior à necessária para um determinado tratamento acarreta risco de a prescrição não ser cumprida pela insuficiência de doses, com prejuízos para a saúde do paciente.

Da mesma forma, explica o senador, a compra em quantidade



superior à prescrita pode ser causa de intoxicação pela ingestão acidental de medicamentos vencidos ou inadequadamente guardados, além de representar um custo adicional para pessoas que já têm outros gastos com a doença.

Tião Viana destaca ainda que a venda de medicamentos a granel

é prática corrente em países europeus e também nos Estados Unidos. A eliminação dos custos de embalagem, por sua vez, pode propiciar a redução dos preços finais dos produtos no mercado, acrescenta. Atualmente, a Lei de Vigilância Sanitária impede a venda de medicamentos a granel.

Projeto institui Dia do Controle das Infecções Hospitalares

O Senado enviou para exame da Câmara dos Deputados projeto de lei de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) que institui o Dia Nacional de Controle das Infecções Hospitalares, a ser comemorado anualmente em 15 de maio. Aprovado em decisão terminativa da Comissão de Educação, o projeto, diz o senador, objetiva conscientizar autoridades sanitárias, diretores de hospitais e trabalhadores da área de saúde sobre a importância do controle das infecções.

Para Tião Viana, as infecções hospitalares continuam a ser grave problema de saúde pública.

A data foi escolhida porque, em 15 de maio de 1847, o médico húngaro Phillip Ignaz Semmelweis defendeu, pela primeira vez, que médicos e estudantes de medicina fossem obrigados a lavar as mãos com anti-séptico antes de atender às parturientes sob seus cuidados.

— Essa simples norma, nesse simples ato, resultou em redução enorme da mortalidade por febre puerperal na maternidade em que o médico húngaro trabalhava — lembrou Tião Viana ao justificar a aprovação do projeto de sua autoria pela Câmara dos Deputados.

Alcântara: atitude de Patrícia Pilar ajuda luta contra câncer

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aplaudiu a atitude da atriz Patrícia Pilar de divulgar sua condição de portadora de câncer de mama, que a levou a uma cirurgia e tratamento quimioterápico. Segundo disse, nenhuma campanha institucional visando alertar a população para os perigos da doença e a necessidade de exames de prevenção teria surtido tanto efeito positivo. “É como se o drama de uma pessoa famosa tornasse o perigo mais real”, observou.

Para Alcântara, a decisão da atriz deve ter resultados positivos



Alcântara lembrou aumento dos casos de câncer de mama

sobre as estatísticas de câncer de mama, que no Brasil são desanimadoras: no ano passado foram mais de 30 mil brasileiras atingidas pela doença, das quais 9 mil morreram. Nas últimas duas décadas, a taxa de mortalidade cresceu 70%, em razão principalmente do diagnóstico tardio, afirmou.

O senador elogiou o tom moderado das declarações da atriz, evitando especulações desnecessárias e sabendo delimitar o lado público do privado. “Nesta guerra, todos esperamos que Patrícia saia vencedora”, comentou.

Freitas Neto quer baratear livro didático

Projeto que será apreciado pela Comissão de Educação pretende igualar o preço de venda tanto para a rede particular quanto para a rede pública de ensino, além de impedir a publicação de material descartável a cada ano

Já está na Comissão de Educação, para ser analisado em caráter terminativo, projeto de lei do senador Freitas Neto (PSDB-PI) que pretende obrigar as editoras a praticar preços iguais na venda de livros didáticos tanto para a rede particular quanto para a rede pública de ensino. A proposta define que os livros adotados pelas escolas só poderão ser substituídos após três anos letivos e ainda que não poderão conter espaços em branco para exercícios, de forma a permitir sua reutilização.

A intenção do projeto, explica o autor, é baratear o custo do livro didático e evitar o desperdício decorrente da edição constante de material descartável. Ele observou, na justificativa da proposta, ser possível verificar que os consumi-

dores particulares acabam pagando preços diferenciados dos que as editoras cobram pelos livros vendidos para a rede pública.

Freitas Neto disse que a política de preços atual dos livros didáticos contrasta com a praticada nos demais segmentos do mercado



Segundo Freitas Neto, existe manipulação dos preços dos livros didáticos por parte das editoras

editorial, onde podem ser encontrados diversos livros de ficção e não ficção a preços populares.

— Percebe-se que existe uma manipulação dos preços dos livros didáticos por parte das editoras, usando o trunfo de os pais e alunos não terem a opção de deixar de comprar a bibliografia indicada — frisou o senador, acrescentando que, dessa forma, as pessoas acabam pagando um valor muito elevado pelo material.

O senador argumentou ainda que sua sugestão evitará, paralelamente, o alto custo gerado pela substituição forçada dos livros a cada ano letivo, impedindo seu aproveitamento por mais de um membro da mesma família.

— O objetivo é combater a utilização de livros descartáveis, a prática de modificações em pequena escala e as condições visivelmente inadequadas de apresentação e acabamento que oneram o poder público e as famílias — explicou.

Regras para forçar preços mais baixos

No projeto que determina regras para a edição do livro didático, apresentado pelo senador Freitas Neto, destacam-se os seguintes pontos:

- os livros serão adotados pelo prazo mínimo de três anos letivos
- se a escola quiser trocar o livro antes desse período, terá de requerer ao Ministério da Educação a aprovação da substituição
- o Ministério da Educação terá comissão espe-

cializada para avaliar e aprovar os livros a serem adotados

- os livros não poderão ter espaços em branco para respostas de exercícios
- os livros de exercícios e o manual do professor serão publicados separadamente
- o custo do exemplar para o rede pública deverá ser igual ao cobrado da rede particular
- o Ministério da Educação acompanhará os preços praticados pelas editoras

Ronaldo Cunha Lima homenageia memória de político nordestino

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) homenageou, em discurso, a memória do político, empresário e intelectual Odilon Ribeiro Coutinho. Para o senador, Odilon, embora paraibano de nascimento, “foi sempre um potiguar por opção política, um pernambucano por paixão intelectual, mas, acima de tudo, um nordestino por vocação”.

Ronaldo Cunha Lima registrou que Odilon Ribeiro Coutinho foi um aliado das forças progressistas e sempre lutou pelas liberdades democráticas. Contemporâneo de Gilberto Freyre, observou o senador, ele não apenas ajudou a projetar uma visão de Brasil “nascida das

profundas análises sociológicas, antropológicas e históricas”, como soube manter viva a Fundação Joaquim Nabuco, considerada um dos maiores centros de pesquisas científicas do país.

Como político, acrescentou o senador, Odilon Ribeiro Coutinho foi deputado federal pelo Rio Grande do Norte em 1962, sendo um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro. Mais tarde, ajudou a fundar o PSDB, “ao lado de Fernando Henrique Cardoso e de Mário Covas”. Odilon também atuou como mecenas, sendo grande protetor das artes e dos artistas, acrescentou Ronaldo.



Ronaldo diz que Odilon Ribeiro Coutinho sempre lutou pelas liberdades democráticas

— Apesar de Odilon ter falecido há um ano e oito meses, até hoje nos mobilizam os mais profundos sentimentos de pesar. E é na tentativa de nos desfazermos dessas penas que, em ocasiões como esta, cultuamos a sua memória — concluiu Ronaldo Cunha Lima.



Antonio Carlos Júnior tem parecer favorável ao projeto que visa estimular a produção nacional

Filme estrangeiro pode pagar mais imposto

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá apreciar em sua próxima reunião, prevista para terça-feira, parecer do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) favorável a projeto de lei da Câmara que eleva de 25% para 40% o Imposto de Renda retido na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, na forma de rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras em todo o território nacional. A proposta, de autoria do deputado Wilson Santos (PSDB-MT), segundo destacam o autor e o relator, deverá estimular a produção de filmes nacionais.

Segundo Antonio Carlos Júnior, o mercado brasileiro de audiovisuais é inteiramente dominado pela produção estrangeira, que responde por aproximadamente 90% do que é veiculado no país.

— A produção nacional, que já parte da desvantagem quantitativa, enfrenta ainda a enorme dificuldade de acesso aos canais televisivos e às salas de exibição. Concorrem para isso os sólidos liames e entrelaçamentos de interesses comerciais de há muito estabelecidos, que funcionam à feição e com os efeitos de um oligopólio em favor do produto estrangeiro — argumenta o relator.

Para Antonio Carlos Júnior, o produto nacional sofre ainda o efeito de algo parecido com um

dumping (quando uma empresa oferece seu produto a um preço muito baixo, a fim de eliminar seus concorrentes), considerando que o produto importado, embora carregando um custo original de milhões de dólares, tem a vantagem de amortizar esse custo em um mercado de âmbito mundial. “Assim, por exemplo, um filme que tenha orçamento de US\$ 200 milhões pode ser exportado para o Brasil a preços irrisórios, porquanto já foi amortizado não apenas no mercado interno norte-americano, mas pela venda a outros países.”

— Nesse mecanismo perverso, o mercado brasileiro existe como um segmento cativo, destinado a garantir escala de consumo e de amortização de custos, para produtos oriundos de grandes centros produtores externos — ressalta.

O senador lembra ainda que, conforme previsto na legislação em vigor, até 70% do valor do imposto devido por essas remessas de produtos audiovisuais estrangeiros podem ser deduzidos do Imposto de Renda, desde que o contribuinte invista na co-produção cinematográfica de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, em projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. Portanto, conclui o senador, além de melhorar o poder de competição dos filmes brasileiros, a proposta abre caminho para que haja maior investimento na produção nacional.